

# Fachadas Históricas ou Queijos Suiços?

José Aguiar | Arquitecto



há uma canção do Rui Veloso que me levou a Porto Covo e que dizia algo assim “Roendo uma laranja na falésia...”! Ocorre-me esta memória para alertar para um (mais um) drama nacional: o sistemático roer das fachadas, o esburacar dos paramentos em edifícios históricos para colocar toda uma parafernália de equipamentos e de redes, cabos e novos contadores em caixas técnicas de um gosto tenebroso, que se multiplicam como cogumelos nas fachadas históricas; realidade que abunda em todos os nossos mais valiosos núcleos urbanos de grande interesse patrimonial.

Além da selva de cablagens, concentro-me sobretudo nas caixas horripilantes, tornadas obrigatórias em qualquer operação de reabilitação urbana e que foram legalmente impostas por entidades não orquestradas entre si. Caixas de visita com exigências dimensionais estritas e quase sempre incoerentes, todas sobredimensionadas (no futuro a tecnologia é mais pequena, não precisará de tanto espaço vago); cada caixa com a sua própria materialidade, cada uma com a sua específica forma e género, todas as caixas separadas entre si, já que cada entidade quer “chave própria” e recusa partilhar o espaço de outra.

Regressei recentemente de uma missão a São Luíz do Maranhão, no Brasil, cidade onde as ruas e fachadas históricas estão muito melhor tratadas do que o padrão corrente em Portugal: aqui não há a nossa selva de cabos aéreos que inundam as ruas, e as suas caixas de derivação e de visita, que igualmente as invadem. Viajo muito por Espanha e por outros países Europeus, em nenhum destes países verifico esta insólita situação nos seus mais valiosos Centros Históricos.

Além dos óbvios problemas estéticos, existem outros muito mais graves ainda: estas caixas cortam os nembos, i.e. as partes portantes das paredes, as partes resistentes entre os vãos, afectando decisivamente a resistência estrutural num elemento primário (a parede principal), com gravíssimas consequências na capacidade de resistência a solicitações normais e anormais, por exemplo, em caso de sismo! Todas as entidades exigem estes buracos-caixas para licenciarem os nossos projectos, mas não conheço nenhuma entidade que aceite responsabilizar-se pelas suas consequências futuras na segurança, essa responsabilidade caiem todas em cima dos expectáveis criminosos do costume (nós ...os projectistas).

Quais as soluções possíveis para este drama?

Ocorrem-me algumas possibilidades: Por exemplo, aceitar, como na Espanha, contadores internos em edifícios históricos (como sempre sucedeu); enterrar as redes e esconder as absurdas cablagens; substituir os nossos obsoletos sistemas recorrendo às novas tecnologias - baratas, dominadas e disponíveis - baseadas em telemetria à distância e em sistemas de controlo e de processamento centralizado (recorrendo a sensores mínimos e legíveis em unidades centrais, etc.), articular sensores comuns a vários utilizadores.

Nesta hora de aperto para as autarquias, proponho outra eficaz solução auto-financiada: impor à EDP, às futuras empresas privadas locais das águas, às riquíssimas TMN, Cabovisão, Vodafone, etc. uma significativa TAXA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO com os seus cabos e caixas, taxa resolúvel se estas empresas enterrarem os seus feiíssimos cabos, colocando nos “centros históricos” telemetria básica, com sensores minúsculos ...acabando assim de vez com estas terríveis e roedoras práticas de queijo suíço, este dramático esburacar das nossas antigas fachadas! ■



## Nota de esclarecimento

O artigo publicado nesta rubrica na última edição da Pedra & Cal, intitulado “Do oito para o oitenta ou quando a cura pode matar”, da autoria de José Aguiar, foi redigido em Abril de 2011 mas publicado apenas em Junho de 2011, depois da tomada de posse do novo governo. O governo a que o artigo faz referência é o XVIII Governo Constitucional de Portugal, liderado por José Sócrates.